

IMPACTO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA: PDE-PARANÁ E A NOTA DO IDEB EM ESCOLAS ESTADUAIS DE CURITIBA

Gisele Rietow
Pontifícia Universidade Católica do Paraná-PUCPR
giselertw@gmail.com

Romilda Teodora Ens
Pontifícia Universidade Católica do Paraná-PUCPR
romilda.ens@pucpr.br

Rudimar Gomes Bertotti
Universidade Federal do Paraná- UFPR
rudigbertotti@gmail.com

Eixo 2 - Políticas de educação básica e de formação e gestão escolar

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de pesquisa sobre a relação entre a participação dos docentes no programa PDE/PR com a nota do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) em escolas estaduais do município de Curitiba. Comparando-se as metas definidas pelas escolas e os resultados obtidos no IDEB de 2007 e 2009 pelos alunos do 9º ano, constatou-se que 18, das 61 escolas que possuem algum participante no PDE/PR não alcançaram as metas estabelecidas e 23 tiveram aumento na nota, mesmo sem atingir a meta. A princípio conclui-se que a participação em um programa de formação continuada docente influencia na nota do IDEB, pois metade das escolas apresentou melhoria no índice obtido.

Palavras chave: Escola pública; PDE/PR; IDEB.

INTRODUÇÃO

No século XX vivenciamos mudanças no papel da escola para a sociedade, de instituição integradora em termos econômicos, sociais, políticos e culturais, passou a agência formadora de mão de obra para o mercado de trabalho, visando à busca do desenvolvimento do capital humano em termos individuais e estimulando a competição entre nações e indivíduos (FOUCAULT, 2008; GENTILI, 2004).

Essa condição conhecida como ‘crise da escola’ ocorreu devido a sua incapacidade de promover a tão almejada mobilidade social visto que, durante a década de 1970 e no decorrer dos anos 80 ocorreram mudanças significativas na estrutura econômica do mundo capitalista, devido à crise do petróleo. As consequências dessas alterações foram a perpetuação da desigualdade, desemprego, demonstrando que a educação pode conviver com modernização e

pobreza e que garantir maior acesso ao ensino não implica, necessariamente, em desenvolvimento econômico (APPLE, 2011).

As influências do neoliberalismo na educação puderam ser observadas mais claramente a partir dos anos 1990 quando se perpetuou a desvalorização do magistério, as dificuldades escolares foram atribuídas aos sujeitos, tornando-se algo natural e inerente ao processo educativo e o financiamento público organizou-se em três eixos: financiamento, avaliação e fiscalização da atividade, transferindo características do mercado ao sistema educacional (SILVA, 2011).

A ênfase na fiscalização da educação por meio de testes tem apresentado tendências a responsabilizar somente os profissionais professores pelos resultados obtidos no processo educacional, assumindo caráter classificatório, estimulando a competição e distribuindo recursos às instituições que obtêm uma melhor classificação (OLIVEIRA, 2009). Nesse contexto, em 2007 o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) criou o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Sabe-se que diversos fatores influenciam a nota que os alunos obtêm em testes classificatórios e que nem professores nem alunos podem ser responsabilizados totalmente por seu desempenho (SILVA, 2011). Contudo, crê-se que uma formação docente de qualidade é uma das chaves para a melhoria da qualidade de ensino e, dessa forma, esse estudo busca verificar se a maior participação de docentes da rede pública estadual no programa PDE-Paraná implica em um aumento da nota obtida no IDEB por parte dos alunos do 9º ano do ensino fundamental.

Para isso, realizamos uma análise comparativa entre o número de participantes do PDE no ano de 2007, por escola no Município de Curitiba/PR e as notas obtidas no IDEB 2007 e 2009 por escola, em que o professor desenvolvia sua ação docente, verificando-se a ocorrência ou não do aumento da nota, ao mesmo tempo em que se analisavam as metas estabelecidas pela instituição de ensino para estabelecer a relação entre expectativas e alcance de metas.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Com o intuito de criar um indicador de desenvolvimento educacional que levasse em consideração tanto informações sobre o desempenho em exames quanto questões do fluxo

escolar, foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: IDEB (FERNANDES, 2007).

O IDEB contempla informações obtidas a partir da prova Brasil, parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação (SAEB). Ele é composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil. Essas avaliações visam demonstrar o desempenho em Língua Portuguesa e Matemática, e é aplicada a alunos do 5º e 9º anos.

Esse índice possui grande influência na definição das políticas educacionais, por ser considerado um retrato da educação brasileira, fazendo parte do capítulo II do Decreto n. 6094/2007, outorgado em 24 de abril de 2007, conforme indica o parágrafo único do art. 3.º que “O IDEB será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso” estabelecido pelo Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação. Nesse documento estimula-se o desenvolvimento educacional por meio do foco nos resultados obtidos em testes, o combate à evasão escolar, a repetência, enfatizando a integração de indivíduos com necessidades especiais, a valorização do docente e a integração entre docentes e entre a escola e a comunidade.

No capítulo dois do Decreto, em espaço especificamente destinado ao IDEB, pé definido que:

Art. 3º - A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no Ideb, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil). (BRASIL, 2007)

Além da determinação do seu uso para a avaliação do desempenho escolar, sua importância é reiterada por meio de uma série de incentivos, principalmente sob a forma de assistência técnica e financeira às escolas, estabelecendo certa competição entre as instituições. Os incentivos são definidos no:

Art. 8º - As adesões ao Compromisso nortearão o apoio suplementar e voluntário da União às redes públicas de educação básica dos Municípios, Distrito Federal e Estados.

§ 1º - O apoio dar-se-á mediante ações de assistência técnica ou financeira, que privilegiarão a implementação das diretrizes constantes do art. 2º, observados os limites orçamentários e operacionais da União.

§ 2º - Dentre os critérios de prioridade de atendimento da União, serão observados o IDEB, as possibilidades de incremento o desse índice e a capacidade financeira e

técnica do ente apoiado, na forma de normas expedidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

§ 3º - O apoio do Ministério da Educação será orientado a partir dos seguintes eixos de ação expressos nos programas educacionais do plano plurianual da União:

I - gestão educacional;

II - formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar;

III - recursos pedagógicos;

IV - infra-estrutura física.

§ 4º - O Ministério da Educação promoverá, adicionalmente, a pré-qualificação de materiais e tecnologias educacionais que promovam a qualidade da educação básica, os quais serão posteriormente certificados, caso, após avaliação, verifique-se o impacto positivo na evolução do IDEB, onde adotados. § 5º O apoio da União dar-se-á, quando couber, mediante a elaboração de um Plano de Ações Articuladas - PAR, na forma da Seção II. (BRASIL, 2007).

Devido às regulações estabelecidas pela avaliação institucional às escolas públicas brasileiras, faz-se necessário compreender de que maneira o cálculo do IDEB é realizado. Ele parte de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos com base no Censo Escolar (EDUCACENSO), realizado anualmente pelo Inep. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil (para Idebs de escolas e municípios) e do Saeb (no caso dos Idebs dos estados e nacional).

A fórmula geral do Ideb é dada por:

$IDEB_{ji} = N_{ji} P_{ji}$
Em que,
i = ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar
N_{ji} = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino
P_{ji} = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino das alunos da unidade j

Fonte: ALAGOAS (2013).

Essa combinação, explica Fernandes (2007, p. 10 – grifos do autor), procura “incentivar as escolas e redes de ensino a adotarem determinada ‘taxa de troca’ entre a proficiência esperada dos estudantes ao final de uma etapa de ensino e o tempo médio de duração para sua conclusão”. Em outras palavras, os alunos devem demonstrar a aprendizagem por meio de um desempenho estipulado em um período anual, buscando, assim, a diminuição dos índices de reprovação.

A variação da nota ocorre de 0 a 10, sendo a média 6.0 estipulada como meta 7 do Plano Nacional de Educação para o ano de 2021 (BRASIL, 2010), objetivando reduzir a desigualdade educacional. Esse valor foi escolhido com base na nota obtida por países que compõem a OCDE¹ (Organização para cooperação econômica e desenvolvimento), relacionando-se os dados do SAEB com os do PISA (Programa internacional de avaliação de estudantes).

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOCENTE **PDE- PARANÁ**

O programa de desenvolvimento docente, PDE-PR, é uma política pública do governo do estado do Paraná, regulamentado pela lei nº 130 de 14 de julho de 2010 que, em seu art. 1.º define:

Art. 1º - Fica regulamentado o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, instituído pela Lei Complementar nº 103/2004, de 15 de março de 2004, que tem como objetivo oferecer Formação Continuada para o Professor da Rede Pública de Ensino do Paraná. Parágrafo único. O PDE é um Programa de Capacitação Continuada implantado como uma política educacional de caráter permanente, que prevê o ingresso anual de professores da Rede Pública Estadual de Ensino para a participação em processo de formação continuada com duração de 2 (dois) anos, tendo como meta qualitativa a melhoria do processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas estaduais de Educação Básica (PARANÁ, 2010).

Para melhor compreendê-la, faz-se necessário retomar historicamente as políticas educacionais no estado do Paraná. Os pressupostos neoliberais influenciaram o sistema educacional durante o governo de Jaime Lerner, de 1995 a 2002, inserindo os parâmetros de eficiência e racionalidade. Essa nova vertente significou redução de investimentos e culminou na precarização do trabalho docente (LARA, MARONEZE, 2012).

Dentre as medidas tomadas estavam:

[...] no plano objetivo com as práticas de incentivo aos contratos temporários, a falta de uma política de plano de carreira, o baixo investimento no setor e a sobrecarga de trabalho, quanto no plano subjetivo, com novas formas de consentimento social, que reforçavam os valores individuais e competitivos, contrapondo-se ao pensamento

¹ A OCDE possui 34 países membros, os quais recebem cobertura na linha de apoio ao seguro de créditos com garantia do Estado. Dentre eles estão: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Estados Unidos da América, França. Sobre o relacionamento entre OCDE e Brasil ver: <http://www.fazenda.gov.br/sain/pcn/PCN/ocde.asp> .

crítico, numa tentativa de submeter cada vez mais o trabalho docente às variações do mercado. (LARA, MARONEZE, 2012, p.139).

Nesse contexto de busca por resultados rápidos e melhoria dos índices educacionais, alguns projetos de formação continuada para professores da educação básica do Paraná foram implementados. Dentre eles, o projeto “Universidade do professor – Centro de capacitação Faxinal do céu”, onde eram oferecidos três tipos de capacitação: Seminário de Atualização e Motivação, Seminário de Atualização Curricular e Cursos de Especialização e Extensão. Contando com um número aproximado de 960 participantes por evento, onde multiplicadores eram formados e designados a capacitar turmas de 40 professores na região que atuavam (MUNHOZ, KOVALICZN, 2008).

Já no governo de Roberto Requião (2003/2010), que afirmava priorizar a valorização dos professores, têm-se a criação do programa de formação inicial e continuada – FOCO. Contando com seminários para as disciplinas do currículo oficial, cursos de aprofundamento, grupos de estudo por áreas de ensino. Todo esse processo culminou com o desenvolvimento do Programa Educacional de Desenvolvimento – PDE, em 2006, com uma primeira turma, para a qual foram ofertadas 1200 vagas aos professores da rede estadual de ensino do Paraná.

De acordo, com o “Documento Síntese” sobre o PDE-PR (versão 2010), a partir de 2003, instituiu-se uma nova política de valorização dos professores implantando-se o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, a ser desenvolvido pelas Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com o envolvimento das escolas públicas estaduais de Educação Básica e as Instituições de Ensino Superior, buscando a integração desses níveis de ensino.

Com esses objetivos, o PDE-PR se propôs os seguintes pressupostos, que são percorridos até o momento atual:

- a) reconhecimento dos professores como produtores de conhecimento sobre o processo ensino-aprendizagem;
- b) organização de um programa de formação continuada atento às reais necessidades de enfrentamento de problemas ainda presentes na Educação Básica;
- c) superação do modelo de formação continuada concebido de forma homogênea e descontínua;
- d) organização de um programa de formação continuada integrado com as instituições de ensino superior;
- e) criação de condições efetivas, no interior da escola, para o debate e promoção de espaços para a construção coletiva do saber (PARANÁ, 2010, p. 3-4).

Sobre o PDE-PR, Wachowicz (2009) esclarece ser este uma política pública que busca estabelecer uma relação entre os professores da educação básica e do ensino superior, além de promover um incentivo à pesquisa e de reflexão sobre a prática profissional coloca o professor no mais alto nível de promoção da carreira. Por isso, segundo a autora, o PDE se constitui como uma inversão didática, um método ativo, pois contempla a atuação do participante e que:

[...] enquanto proposição de gestão e organização do trabalho pedagógico vem de encontro a essa fundamentação, cumprindo os pressupostos de vivência, reflexão coletiva, intencionalidade na transformação de uma prática profissional analisada, ampliação das fontes para a aprendizagem do conhecimento e compromisso na mediação pedagógica enquanto sujeito responsável pela mediação da cultura (p.43).

A proposta do PDE-PR (Formação Continuada) propõe ao professor da rede estadual de ensino, por meio desse programa, o retorno às atividades acadêmicas da área de formação inicial do professor PDE. A participação do professor faz-se de forma presencial, nas Universidades e Faculdades públicas do Estado do Paraná, e, de forma semipresencial, em um permanente contato com os demais professores da rede pública estadual de ensino, apoiados com os suportes tecnológicos necessários ao desenvolvimento da atividade colaborativa (PARANÁ, 2010).

Para participar do programa, o professor deve estar no nível dois da carreira, nas classes de 8 a 11. Entende-se como nível a divisão da carreira segundo o grau de escolaridade, titulação ou certificação, o dois corresponde ao título de especialista, conferido aqueles que cursaram pós-graduação. As classes correspondem a unidades de progressão funcional, obtidas com a combinação de critérios de avaliação de desempenho e a participação em atividades de formação e/ou qualificação profissional.

O programa tem duração de dois anos e garante o direito ao afastamento remunerado de 100% no primeiro ano de sua carga horária efetiva e de 25% no segundo ano do programa.

Sendo assim, pode-se dizer que o PDE-PR, apesar de se tratar de um programa de formação continuada, atende alguns dos desafios lançados aos cursos de licenciatura, a saber:

[..] (i) reinventar formas de aprendizagens para estudantes de múltiplas culturas; (ii) oferecer conteúdos que associem o historicamente produzido com os novos saberes e temas cotidianos; (iii) propor, recriar e desenvolver projeto de alta relevância social e autossustentáveis; (iv) conduzir o conhecimento por meios impressos e midiáticos, além de explicitar o sentido deste na vida; (v) oferecer conhecimentos para que os sujeitos os processem e saibam reelaborá-los de maneira crítica e autônoma, etc. (SILVA, 2011, p. 327).

É válido ressaltar que, conforme argumenta Garcia (2008, p. 368), vivemos:

[...] uma época de transição na educação brasileira. Estão em implementação políticas educacionais que apontam novas visões teóricas e práticas pedagógicas, tendo ao centro conceitos tais como cidadania, interdisciplinaridade, contextualização e transversalidade. Além disso, no texto dos novos discursos educacionais, **encontramos novos papéis a serem exercidos pelos educadores**, bem como expectativas renovadas quanto ao desempenho dos alunos. Mas nesse horizonte de mudanças desejadas vemos um entrelaçamento de novos e antigos desafios que instigam educadores e sistemas educacionais (Grifos nossos).

Com base, nos aspectos levantados, acerca das novas atribuições docentes, têm-se algumas prioridades que estão voltadas a participação, como as já definidas pelas políticas de formação e trabalho docente, pois de acordo com as análises realizadas por Gatti e Barreto (2009, p. 201-202):

Outra razão comumente invocada nos estudos críticos sobre formação continuada é a limitada, senão ausente, participação dos professores na definição de políticas de formação docente, como categoria profissional, e na formulação de projetos que têm a escola e o seu fazer pedagógico como centro. Nestas condições, eles não se envolvem, **não se apropriam dos princípios, não se sentem estimulados a alterar sua prática, mediante a construção de alternativas de ação, ao mesmo tempo em que se recusam a agir como meros executores de propostas externas** (Grifos nossos).

O envolvimento dos docentes se torna crucial para o desenvolvimento de políticas que priorizem o desenvolvimento educacional, na busca de uma prática emancipatória, reforçando a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Não obstante esse foco no aprimoramento do estudante deve-se colocar em prática o ciclo gnosiológico, no qual se ensina e se aprende o conhecimento já existente, trabalhando a produção do conhecimento ainda não existente que, aliado à pesquisa, demonstra a prática requerida do ser docente (FREIRE, 2012).

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSORES NO PDE-PR E IDEB OBTIDO POR ESCOLAS ESTADUAIS DE CURITIBA

O professor ao ingressar no PDE escolhe uma das linhas de estudo para nortear suas produções (Tabela 1).

Tabela 1- Número de professores da rede estadual participantes do PDE-PR 2006-2008 por linha de estudo

	Linhas de estudo	Participantes 2006/2007	
		Instituições atendidas	Escolas de ensino Fundamental II
1	Biologia	8	6
2	Ciências	10	7
3	Disciplinas Técnicas	1	0
4	Educação Artística	1	0
5	Educação Especial	13	3
6	Educação Física	9	7
7	Física	1	1
8	Geografia	13	8
9	Gestão Escolar	13	7
10	História	17	12
11	Língua Estrangeira Mod. Inglês	10	6
12	Língua Estrangeira Mod. Italiano	1	1
13	Língua Portuguesa	22	14
14	Matemática	9	5
15	Pedagogia	23	16
16	Química	3	3
	TOTAL	154	96

Com relação às metas estabelecidas e notas obtidas por instituições, que tiveram participação de professores ou pedagogos no PDE/PR 2007, no IDEB de 2007 e no IDEB de 2009, têm-se um desenho como o que se apresenta na tabela 2.

Tabela 2 – Número de professores e pedagogos participantes por escolas Estaduais de Curitiba-PR e o IDEB 2007/2009

Curitiba/PR	Participantes PDE/PR – 2007		IDEB/2007		IDEB/2009		
	Escola	Professores	Pedagogos	Meta	Alcançado	Meta	Alcançado
1		1		30	36	31	30
2		4		36	41	38	35
3		2		43	62	48	53
4		3		38	46	39	49
5			1	41	42	43	37
6		1		28	33	30	30
7		1		0	41	42	46
8		1		40	46	41	45
9			1	34	38	35	42
10		1		40	36	41	37
11		2		46	49	47	51
12		1		32	29	33	29
13		1	1	25	39	27	28
14		2		49	52	51	51
15		2		45	56	47	50
16			1	49	45	50	51
17		1		34	41	35	42
18		1		36	39	48	44

19	2		37	36	41	40
20	1		39	41	38	41
21	1		33	36	34	40
22	2		30	33	33	37
23		1	30	35	35	30
24	1		34	38	37	35
25	1		37	46	39	45
26	1	1	30	30	32	40
27	2	1	36	36	38	40
28	1		35	42	37	38
29	2	1	31	41	33	46
30	1		40	41	42	43
31	1		29	32	31	37
32	1		38	38	40	44
33	1		39	44	41	41
34	1		34	43	36	47
35	1		39	46	41	45
36	1		34	29	36	37
37	1		35	41	37	34
38	1		34	40	35	35
39		1	48	46	46	49
40		1	35	33	37	41
41	2		36	41	37	54
42	1		27	40	29	40
43	1		30	39	32	40
44		1	42	48	43	48
45	8	1	0	0	0	63
46	1		27	45	29	51
47	3		33	47	34	56
48		1	36	42	37	37
49		1	40	44	42	42
50	1		0	36	37	44
51	1	1	33	38	35	33
52	1		43	46	44	39
53	1		44	45	46	0
54	1		37	43	38	35
55	3		33	42	35	42
56	1		39	42	41	46
57	1		25	28	28	30
58	3		37	38	39	44
59	3		37	32	38	31
60	1		33	35	34	38
		1	35	39	37	36
Total	80	16				

Fonte: SEED/PR- 2012 e Portal do IDEB (<http://www.portalideb.com.br/escola/212946-eefm-zacarias-c-e-cons/ideb?etapa=5&rede=estadual>)

Dessa forma, das 1200 vagas ofertadas para professores em exercício na rede estadual de ensino do Paraná, 1135 concluíram seus estudos, em 2007, iniciados em 2006. Dessas, noventa e seis foram preenchidas por professores e pedagogos de Curitiba, sendo que as demais foram preenchidas por professores que atuam em diferentes modalidades de ensino (CEAD, SEED, CEEBJA, SINDICATO de professores e escolas de Educação Especial e

profissional), com um percentual de 13,5% de participantes na capital do Estado, orientados por professores da UFPR e da UTFPR. A região de Curitiba foi selecionada pela sua localização e por ser sede das Secretarias de Estado e de governo e, conseqüentemente, centro das decisões concernentes as políticas educacionais. Inúmeros

Nota-se que a participação no primeiro ano do programa PDE-PR foi tímida, pois a maioria apresentou apenas um docente participante no programa. Esse número reduzido deve-se ao fato de que o professor necessita preencher alguns requisitos que envolvem anos de serviço, para que alcance a classe estabelecida e formação em nível de pós-graduação. A escola que obteve o maior número de professores participantes contou com oito participantes, número esse explicado por se tratar da instituição com o maior número de professores de Curitiba.

Estabelecendo-se a relação entre o número de participantes e as metas propostas e atingidas ou não, pode-se dizer que das sessenta e uma escolas estaduais de Curitiba/PR que tiveram professores participando no programa PDE-PR, trinta e nove alcançaram as metas do IDEB (Figura 1).

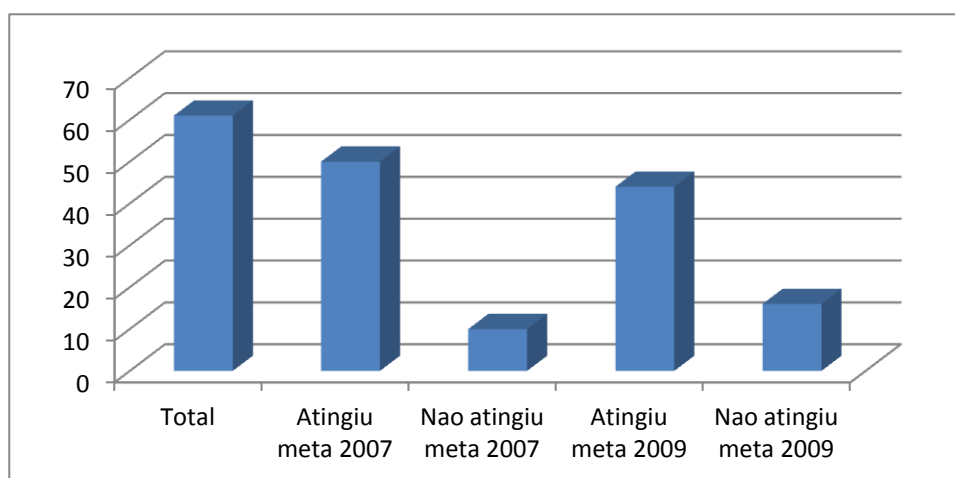


Figura 1 - Anos em que as metas propostas ao IDEB foram atingidas.

Fonte: Dados organizados, com base no levantamento realizado junto à SEED/PR e IDEB.

Apenas dez escolas (tabela 2) não atingiram a meta estabelecida para 2007 e em 2009 esse número cresceu para dezesseis. Contudo, não se pode deixar de observar que as notas, em geral, das escolas que possuem professores e pedagogos envolvidos nesse processo de formação continuada aumentaram consideravelmente (Figura 2)

A diferença de nota máxima entre o resultado de 2007 e 2009 atingiu a marca de 1.3 pontos, em uma escola que contou com dois professores participantes no PDE-PR. Outra escola obteve 1.0 ponto de diferença teve um pedagogo e um professor participantes. Outra instituição apresentou a marca de 0.9 pontos e contou com três professores participantes. Duas escolas atingiram 0.8 de diferença e tiveram um professor e um pedagogo participantes.

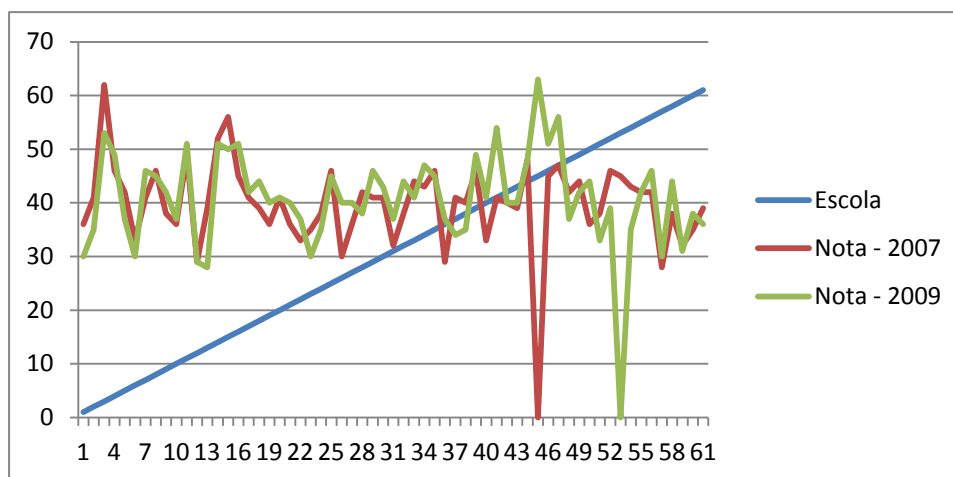


Figura 1 – Movimento das notas do IDEB 2006/2007 em escolas estaduais de Curitiba/PR.

Fonte: Dados organizados, com base no levantamento realizado junto à SSED/PR e IDEB.

Desse modo, pode-se observar uma relação entre o número de professores e pedagogos participantes e a diferença no resultado obtido, indicando que a participação no programa de formação continuada PDE-PR influencia na nota do IDEB.

E válido ressaltar ainda que algumas escolas já alcançaram a média 6.0, estabelecida como meta nacional para 2021, o que torna ainda mais motivador desenvolver mais pesquisas que busquem investigar quais fatores influenciam na nota do IDEB, aumentando o número de dados analisados, já que aqui se efetuou apenas um estudo inicial que já demonstrou resultados relevantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os anos de 1990, as reformas educacionais promovidas foram marcadas por práticas descentralizadoras, de controle e de privatização. Segundo Oliveira (2009, p. 256)

a lei n. 9394/96 afirma responsabilidades maiores para a instituição educacional e seus profissionais, por meio de mecanismos de participação da comunidade, acompanhamento aos alunos e de elaboração do projeto pedagógico, para citar alguns exemplos. **Os programas e os projetos implantados no contexto dessa lei fizeram da gestão administrativa, financeira e pedagógica uma competência da escola** (Grifos nossos).

Essas políticas descentralizadoras culminaram com a prática de um sistema de avaliação vindo de fora, instituindo a cultura da concorrência nas escolas públicas e privadas do Brasil.

Em 2003, com uma nova proposta, passam a predominar as políticas compensatórias, por meio de um sistema de bolsas e entendendo a educação como direito inalienável, tornando prioridade a expansão do sistema educacional e a elevação dos seus níveis de qualidade, segundo Cunha (2009).

Paralelamente a essa proposta, continuou predominando a fragmentação das políticas educacionais, marcada pela multiplicidade de projetos e de regulamentações. Para responder as críticas com relação a esses aspectos, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) contemplando mais de quarenta programas de avaliação de rendimento dos alunos (OLIVEIRA, 2009).

Dentre esses programas, surgiu, em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Mesmo, com a criação de todo um sistema de avaliação pelo governo federal brasileiro, a avaliação educativa não perdeu o predomínio da influência de avaliações vindas de fora, pois o IDEB apresenta diversas vinculações com lógicas de monitoramento externo, conforme aponta Fernandes (2010).

A autora também expõe algumas críticas tecidas acerca do programa de avaliação. A primeira delas é acerca da meta de nota 6.0 estipulada para 2021, ela argumenta que as escolas melhores e piores tendem a manter sua posição e, estipular uma nota igual para ambas em um determinado período de tempo demonstra a falta de indução à equidade e desconsidera os avanços locais (FERNANDES, 2010).

Além dos aspectos mencionados acima, para se pensar a avaliação de educação, é necessário lembrar que o fato de basear a educação em testes, pode provocar a queda em sua

qualidade, apesar do aumento do índice (SILVA, 2011). Muitos professores tendem a preparar seus alunos para os testes, bem como algumas instituições tendem a evitar ao máximo promover a reprovação para que não haja queda do índice e o repasse de recursos seja diminuído.

Considerar apenas o desempenho e a pesquisa censitária de um grupo de alunos de uma determinada série nas disciplinas de Português e Matemática, desconsiderando a avaliação dos profissionais envolvidos e das políticas subjacentes ao processo também podem ser considerados aspectos frágeis do uso do IDEB.

Contudo, ao se considerar a formação dos professores, percebe-se que há um consenso entre os autores que discorrem sobre o tema que essa deve levar em consideração a formação de um profissional crítico, conhecedor e participante das definições das políticas públicas que fundamentam a sua prática e não um mero reprodutor do sistema (GATTI, BARRETO, 2009; SILVA, 2011; FREIRE, 2012). Desse modo, compreender o IDEB e refletir sobre a influência da formação continuada em seus resultados contribui para um maior conhecimento de duas políticas públicas de largo alcance em nosso país.

Faz-se necessário também enfatizar que a formação continuada é peça fundamental para o desenvolvimento profissional docente e seus resultados podem ser observados em instrumentos de avaliação institucional (SORDI, 2005). Sendo assim, avaliar os impactos do Programa de Desenvolvimento Docente (PDE-PR) torna-se relevante por sua inovação de caráter metodológico, integração entre universidade e escola e incentivo a pesquisa e ao desenvolvimento de produções acadêmicas.

Por fim, ressalta-se que o estudo aqui desenvolvido tem caráter inicial, mais dados serão buscados e acrescentados em estudos posteriores para que a complexa dimensão dos impactos do programa de capacitação docente PDE-PR sejam analisados e até certo ponto, avaliados. Nesse sentido, levantar contribuições para o redimensionamento das políticas públicas sobre formação de professores e trabalho docente. Destaca-se, ainda que a presente proposta de formação, com continuidade até o momento atual, propõe-se a traçar aspectos que possibilitem o delineamento de perspectivas de melhoria tanto da formação continuada e da valorização do professor por seu vínculo ao plano de carreira docente do Estado do Paraná quanto à melhoria do ensino básico paranaense.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. *Educação: como o IDEB é calculado*. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/sistema-estadual-de-educacao/indice-de-desenvolvimento-da-educacao-basica-ideb/como-o-ideb-e-calculado> . Acesso em: 02 mar. 2013.

APPLE, Michael; AU, Wayne; GANDIN, Luís Armando. **Educação Crítica**: análise internacional. Tradução de Vinícius Ferreira. Revisão Técnica de Luís Armando Gandin. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Prova Brasil e SAEB: perguntas frequentes. Disponível em: <http://provabrasil.inep.gov.br/perguntas-frequentes> . Acesso em: 2 mar. 2013.

BRASIL. Ministério de Educação. O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/> e/ ou <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004370.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2013.

BRASIL. Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm . Acesso em: 02 mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Projeto de Lei n.º 8.035 /2010*. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília, 2010. (em tramitação no Congresso Nacional). Disponível em: < <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5826/www.mec.gov.br>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

CUNHA, Luiz Antonio. As políticas educacionais entre o presidencialismo imperial e o presidencialismo de coalizão. In: FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. (Orgs.). *Crise da escola e políticas educativas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 121-140.

FERNANDES, Caroline Falco Reis. O IDEB e a prova Brasil na gestão das escolas municipais de Vitória-ES. 33ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). 2010. GT05. Disponível em: <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT05-6889--Int.pdf> . Acesso em: 01 fev. 2013.

FERNANDES, Reynaldo. *Índice de desenvolvimento da educação básica*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2007. (Série Documental). Disponível em: <http://biblioteca.claretiano.edu.br/phl8/pdf/ideb.pdf> . Acesso em: 01 fev. 2013.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*: curso dado no Collège de France (1978-1979). Aula de 4 de abril de 1979. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. *Educação e atualidade brasileira*. 3.ed., São Paulo: Cortez, 2012.

GARCIA, Joe. Indisciplina na escola: questões sobre mudança de paradigma. *Contrapontos*, Itajaí, v. 8, n. 3, p. 367-380, set./dez. 2008. Disponível em: <http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/rc> . Acesso em 10 de outubro de 2011.

GATTI, Bernadete Angelina (Coord.); BARRETO, Elba Siqueira de Sá. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANI, Dermeval. SANFELICE, José Luis. (Orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação*. 2ed. rev. Capinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2004. p.45 - 59 .

LARA, Ângela Maria de Barros; MARONEZE, Luciane Francielli Zorzetti. A política de pessoal da educação e os desafios da precarização do trabalho dos professores na rede estadual de educação básica do Paraná (1995-2002). In: *Políticas educacionais: um exame das proposições e reformas educacionais*. Paraná: Editora Unioeste, 2012. p.117 - 146.

MUNHOZ, Margaret; KOVALICZN, Rosilda Aparecida. A formação continuada dos professores da rede pública de ensino do estado do Paraná, nos governos Lerner e Requião: semelhanças e diferenças perceptíveis. Paraná: Simpósio de educação da XX semana de Pedagogia. Disponível em: <http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/1/Artigo%2016.pdf>. Acesso em: 08 out. 2012.

OLIVEIRA, Joao Ferreira de Oliveira. A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas. In: *FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. (Orgs.). Crise da escola e políticas educativas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 237-252..

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação Estadual do PDE. **Programa de Desenvolvimento Educacional** (Versão 2012): documento síntese. (mimeo).

PARANÁ. Lei Complementar 130, de 14 de julho de 2010. Regulamenta o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, instituído pela Lei Complementar nº 103/2004, que tem como objetivo oferecer Formação Continuada para o Professor da Rede Pública de Ensino do Paraná, conforme especifica. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, PR, n. 8262, 14 jul. 2010. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=56184&ndice=1&totalRegistros=2>. Acesso em: 10 nov. 2012.

PARANÁ. Decreto nº. 4.482, de 14 de março de 2005. Implantado o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, que disciplina a promoção e progressão do professor no nível III da carreira. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, n. 6933, 14 mar. 2005.

Disponível em:

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=iniciarProcesso&tipoAto=11&orgaoUnidade=1100&retiraLista=true&site=1> Acesso em: 10 out. 2012.

PARANÁ. Lei Complementar 103, de 15 de março de 2004. Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, PR, n. 6687, 15 mar. 2004.

Disponível em:

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=7470&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em: 10 nov. 2012.

SILVA, Maria Abádia da. A questão docente nas políticas públicas. In: Cunha, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. *Políticas públicas de educação na América Latina: lições aprendidas e desafios*. Campinas, SP: Autores Associados, 2011, p. 325 - 354.

SORDI, Maria Regina Lemes de. Avaliação da qualidade do trabalho docente: do auto-engano ao auto-conhecimento. In: ROMANOVSKI, Joana Paulin; MARTINS, Pura Lucia Oliver; JUNQUEIRA, Sérgio R. A. Conhecimento local e conhecimento universal: formação docente, aprendizado e ensino. Curitiba: Champagnat, 2005. p.121 - 136 .

WACHOWICZ, Lillian Anna. **Uma inversão didática nos cursos de pós-graduação.**

Diálogo Educacional, Curitiba, v. 9, n. 26, p.29 - 45 . 2009. Disponível em:

<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=154>. Acesso em: 01 out. 2012.